



PGE amplia parque de informática

**Estão sendo adquiridos
20 estações de trabalho
(microcomputadores),
20 impressoras a laser,
1 impressora a laser
colorida e 7 notebooks**

Com a mudança para o novo prédio, na Praça dos Girassóis, todos os serviços estão sendo ampliados. Um exemplo é a reestruturação do parque de informática da Procuradoria-Geral do Estado. Como o número de computadores existentes era insuficiente para satisfazer a demanda de trabalho, houve a necessidade da aquisição de material permanente de informática, visando suprir as carências ocasionadas pela mudança, otimizando as atividades e, principalmente, não comprometendo os serviços essenciais da pasta.

Ao todo, foram licitadas 20 estações de trabalho (microcomputadores), 20 impressoras a laser, 1 impressora a laser colorida e 7 notebooks, sendo que o último vai agilizar ain-



da mais os trabalhos, principalmente das especializadas que têm processos em trâmite em todo o Estado. A aquisição desses materiais vai permitir que todos os departamentos da casa disponham de recursos necessários ao bom andamento das atividades, sendo que alguns estarão interligados por rede e possibilitando o acesso à internet a todos os setores, conforme atestou a procuradora Rosanna Albuquerque, che-

fe de gabinete da PGE.

Outra importante novidade é que a Procuradoria-Geral passou a integrar os órgãos que são interligados ao Palácio Araguaia, via fibra óptica – meio de acesso aos serviços externos - como internet, sistema de protocolo, SIAFEN e outros. Segundo o chefe da Divisão de Informática, Carlos André dos Santos, a instituição dispõe também de um sistema que vai garantir a segurança das informações. Por

Rosanna Albuquerque e Carlos André enumeram os benefícios trazidos pelos investimentos na informática



meio do software, denominado firewall, todas as informações dos órgãos que trafegam até o Palácio Araguaia e vice-versa são protegidas, filtradas, evitando ainda acessos externos não autorizados.

Sem dúvida, a tecnologia na PGE está invadindo todos os ambientes, sendo utilizada por todos e disponibilizada pelos órgãos do governo, visando garantir a facilidade e a qualidade dos serviços públicos.

Mais vitórias no direito ambiental

Por meio de provimento do agravo de instrumento que a Procuradoria-Geral do Estado interpôs em nome do Naturatins, foi conseguida importante vitória no combate à exploração e ao transporte ilegal de madeiras. Em decisão obtida por unanimidade de votos da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Tocantins, cuja relatoria ficou a cargo do desembargador Moura Filho, foi cassada a decisão liminar da juíza de Araguacema que determinou a liberação do caminhão e da carga de madeira.

De acordo com a análise do desembargador, havia, nos autos, laudo pericial concluindo



do que a Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF, continha rasuras e era inautêntica. A decisão foi agravada pelo fato de ter sido determinada a liberação da madeira e dos veículos apreendidos, fato que contraria o artigo 25, parágrafo 2º e 4º da lei 9.605/98, resultando, ain-

da, numa multa aplicada pelo Naturatins.

Outra conquista, segundo o coordenador da Procuradoria Judicial, Adelmo Aires, foi obtida perante a 1ª Vara da Sessão Judiciária da Justiça Federal do Tocantins, onde a Procuradoria-Geral do Estado, através de interposição de mandado de

segurança, conseguiu liminar desobstruindo o embargo da obra de pavimentação asfáltica da rodovia TO 210, trecho que liga a cidade de Tocantinópolis à BR 230, que havia sido interdita pelo Ibama sob a alegação de margear terras indígenas.

É importante ressaltar que a estrada não adentrava a reserva indígena apinajé e que boa parte dela abrangia o perímetro urbano da cidade. A decisão, além de anular o auto de infração e de embargo, possibilitou ainda a conclusão da obra de pavimentação asfáltica, permitindo também o acesso da população ao aeroporto e ao setor industrial da cidade.

Acervo bibliográfico

Utilizando recursos do Fundo de Modernização Jurídica, o Centro de Estudos da PGE está viabilizando o processo licitatório para a aquisição de 150 livros que vão ampliar o acervo bibliográfico da Casa.

O acervo será composto por obras jurídicas atualizadas pela legislação em vigor e parte dele será distribuído para as especializadas, visando dar mais subsídios aos procuradores do Estado, como planeja a coordenadora do Centro de Estudos, Ana Keila M. Barbiero Ribeiro.

Os demais livros ficarão à dis-



posição dos usuários na biblioteca da Casa. O procurador-geral, Hércules Ribeiro, garante que, durante sua gestão, fará de tudo para ver a Procuradoria com todos os seus departamentos estruturados a fim de respaldar o trabalho de todos que compõem os quadros da PGE.

ANIVERSARIANTES

outubro

Francisca de Assis M. V. Ribeiro 4/10
Francisca Naymara L. Coelho 4/10
Cristina Moreira Marinho 8/10
Maria Odete Putêncio Bezerra	... 11/10
Carcion Marliton Ribeiro Dias 17/10
Sônia Maria Rossato 17/10
Edson Rodrigues Nunes 18/10
Marcelo Frederico Sene 19/10
Thelma Rejane Lima Maranhão de Moraes 26/10
Carlos Roberto Viveiros 29/10

informa

Órgão de divulgação mensal da Procuradoria-Geral do Estado

Hércules Ribeiro Martins
Procurador-Geral do Estado do Tocantins
Coordenação, edição e textos:
Thelma Maranhão (006 DRT/TO)
Revisão: Henriette Motta Arantes /
Diagramação: Marco Tullio Tavares /
Fotos: Nara Rúbia e Flávia Halum